



Genildo Mergelo/Agência Senado



Lemos afirma que o Brasil tem condições de apresentar proposta competitiva, em audiência presidida por Ricardo Ferraço

Mercosul fará proposta à União Europeia até junho

Negociação de um acordo de livre comércio entre os blocos econômicos pode levar até três anos, segundo ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Em audiência na Comissão de Relações Exteriores, o ministro Mauro Borges Lemos disse que o Brasil não pode ficar de fora das grandes

cadeias globais de produção. Senadores demonstraram preocupação com o andamento das negociações e defenderam que o Brasil tenha iniciativa própria. **4**

PSDB e DEM não indicam nomes para CPI do Senado

Oposição diz que já fez indicações para CPI mista da Petrobras. Pelo regimento do Senado, sem a

indicação dos partidos, o presidente da Casa, Renan Calheiros, tem até quarta para tomar a iniciativa. **3**



Agência Petrobras

Navio petrolífero em São Vicente (SP): comissão investigará a Petrobras

Trabalho das parceiras é valorizado em audiência

Debate promovido pela Procuradoria da Mulher do Senado destacou a atividade das parceiras e a humanização do parto. **2**



Lin de Paula/Agência Senado

Deputada Janete Capiberibe preside o debate sobre humanização do parto, dentro da programação do Quintas Femininas

Esclarecimento

Problemas técnicos levaram o Jornal do Senado de hoje a sair com 4 páginas em vez das 8 publicadas habitualmente às sextas-feiras. Os discursos dos senadores feitos ontem serão publicados na próxima edição.

Veja de perto o que acontece no Senado

8 canais da TV Senado na internet

Com a multiprogramação da TV Senado na internet, o cidadão com acesso a banda larga pode conferir, além da programação normal da emissora, mais sete canais que transmitem em tempo real as sessões plenárias e reuniões das comissões e subcomissões.



www.senado.leg.br/tv | Twitter: @TVSenado



Secom | Comark - Criação e Marketing

Procuradoria defende valorização das parteiras

Debate promovido ontem pela Procuradoria Especial da Mulher no Senado e pela Secretaria da Mulher na Câmara reuniu defensoras do parto humanizado e do combate à violência obstétrica

A VALORIZAÇÃO DAS parteiras tradicionais e a humanização do parto foram os temas escolhidos para o Quintas Femininas de ontem, que antecede a celebração do Dia das Mães. O debate reuniu parteiras, enfermeiras e doulas (acompanhantes em parto) que defendem o parto mais humano e natural e o combate à chamada violência obstétrica.

A escolha do tema foi inspirada no Dia Internacional das Parteiras, celebrado em 5 de maio por definição da Organização Mundial da Saúde (OMS). O Projeto Quintas Femininas é promovido pela Procuradoria Especial da Mulher no Senado e pela Secretaria da Mulher na Câmara dos Deputados.

O debate foi presidido pela deputada Janete Capiberibe (PSB-AP). Segundo ela, mesmo com a urbanização, no Amapá muitas mulheres têm bebês com parteiras, que estão organizadas e recebem capacitação e ajuda do estado desde 1995. Ela disse que, em 2003, houve a interrupção do apoio do governo às parteiras, mas o trabalho foi retomado em 2011 e no ano seguinte foi realizado o 2º Encontro Internacional de Parteiras.

Para a presidente da Rede Estadual das Parteiras do Amapá, Maria Luiza Dias, as parteiras merecem se aposentar como qualquer outro trabalhador.

— E quero fazer um apelo a esta Casa de lei: que dê essa valorização para as parteiras. Que elas possam ter direito a uma aposentadoria pelo ato de partejar, porque também é uma profissão — disse.

A parteira, enfermeira e professora da Universidade de Brasília Silvéria Santos afirmou que há uma tendência no Brasil de desqualificar o nome “parteira”. Ela explicou que a arte de partejar é transmitida oralmente nas comunidades, mas que também há as parteiras formadas e capacitadas.

Violência obstétrica

A enfermeira da Câmara dos Deputados Juliana Resende Monteiro alertou sobre a violência obstétrica que vem ocorrendo no Brasil e no mundo. Ela disse que muitos médicos impõem procedimentos, como a cesariana, e as mulheres não conseguem opinar, por causa da relação de confiança criada no pré-natal e porque os médicos colocam os riscos sob responsabilidade das pacientes.

Segundo Juliana, nos últimos dez anos, o número de cesáreas aumentou de 38% para 52%, tanto na rede privada quanto na pública. Ela listou alguns direitos que a mulher tem na hora do parto, como a autonomia de ter uma escolha informada, a liberdade de posição no trabalho de parto, a privacidade e a segurança, a escolha dos

procedimentos relacionados a seu corpo, o acesso a métodos não farmacológicos de alívio da dor e o contato com o bebê e a amamentação na primeira hora de vida.

Casa de parto

A enfermeira Jussara Vieira coordena a Casa de Parto de São Sebastião, que tornou-se referência em parto humanizado no Distrito Federal dentro do SUS. A casa foi criada em 2001 na Unidade Mista de Saúde de São Sebastião e, desde 2009, funciona sem presença de médico na assistência ao parto. De acordo com a enfermeira, quando é necessário atendimento médico para a mãe ou para o bebê, o paciente é encaminhado em ambulância ao Hospital do Paranoá.

Com um ambiente acolhedor, financiado pela equipe que trabalha no local, a casa de parto acolhe a mulher e a auxilia no trabalho de parto, que acontece todo num mesmo quarto, com a presença do acompanhante que a paciente escolher e sem a utilização de procedimentos invasivos desnecessários. Em abril, foram realizados 43 partos no local.

— Ainda existe aquela desconstrução do serviço que não tem o médico. Mas cinco anos de história da casa de parto fizeram com que a visão da mulher fosse totalmente modificada — afirmou Jussara.

Ana Rita homenageia dom Tomás Balduino e critica PECs

As Propostas de Emenda à Constituição (PECs) 38 / 1999 e 215 / 2000, que mudam as regras das demarcações de terras indígenas, foram alvo de críticas de Ana Rita (PT-ES) em pronunciamento, na quarta-feira, em que registrou a trajetória de dom Tomás Balduino (1922-2014). Para ela, as PECs ameaçam



Moreira Moutz/Agência Senado

os direitos dos índios e contrariam os ideais do religioso.

— Em um momento de ofensiva contra os direitos dos índios, dos trabalhadores sem-terra e dos

pequenos agricultores, a autoridade moral e o compromisso com a luta pelo direito à terra, marcas sempre presentes na vida de dom Tomás, nos farão muita falta.

Jayme lembra contribuições do sertanista Cândido Rondon

Jayme Campos (DEM-MT) homenageou na quarta-feira o militar e sertanista marechal Rondon, nascido em Mato Grosso, em 1865. O senador destacou práticas e ensinamentos humanistas de Rondon, além da contribuição para o progresso do Centro-Oeste e o desenvolvimento das comunicações e da infraestrutura da região.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Jayme exaltou a saga de Rondon pelos rincões amazônicos por mais de 30 anos, quando registrou 8 mil tipos de plantas e 5,5 mil espécies de animais e descobriu

jazidas de ferro e manganês. O senador elogiou ainda a iniciativa do Instituto Presbiteriano Mackenzie, de São Paulo, pela exposição recém-inaugurada em homenagem a Rondon.



Lin de Paula/Agência Senado

Debate que integra a programação do Quintas Femininas abordou a necessidade de valorizar as parteiras tradicionais

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Sessão para debates

9h A sessão não deliberativa é destinada a pronunciamentos de senadores.

CRA Prejuízos no campo causados por enchentes

14h A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária promove um ciclo de palestras para debater o problema das enchentes do Rio Madeira e afluentes, tendo em vista as perdas nas lavouras dos produtores de Rondônia.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portella

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos,

João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral: Helder Rebouças

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Thâmara Brasil

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333



Em Plenário, Aloysio argumenta que não tem sentido uma CPI no Senado e outra no Congresso investigarem o mesmo assunto

Oposição se recusa a indicar nomes para a CPI do Senado

Três vagas restantes ainda podem ser preenchidas por dois senadores do PSDB e um do DEM porque Renan Calheiros tem até quarta-feira para fazer as indicações por iniciativa própria, segundo o regimento

A OPOSIÇÃO DISSE que não faria as indicações dos membros a que tem direito na CPI da Petrobras no Senado. O prazo terminou à meia-noite de ontem e o líder do PSDB, Aloysio Nunes Ferreira (SP), explicou a decisão por rejeitar a hipótese de haver duas CPIs com o mesmo assunto.

— Não tem cabimento isso, é uma coisa absolutamente ridícula: uma CPI no Senado e outra no Congresso para o mesmo assunto e as mesmas questões — disse.

A CPI do Senado será formada por 13 titulares e 13 suplentes. A base do governo já indicou dez senadores. As três vagas restantes ainda podem ser preenchidas por senadores do PSDB e do DEM porque o presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou que o Regimento Interno da Casa determina que, nesse caso, ele o faça por iniciativa própria, em até três sessões do Plenário.

Na quarta-feira, em sessão

do Congresso, Renan confirmou que também será criada uma outra CPI, mista (com deputados e senadores), com o mesmo objetivo: investigar denúncias de irregularidades exclusivamente na Petrobras. Na ocasião, Renan abriu prazo de cinco sessões para a indicação dos membros.

Alvaro Dias (PSDB-PR) lembrou que o PSDB já indicou nomes para a CPI mista e não pretende criar um “paralelismo” com a CPI do Senado.

— Esse paralelismo também é jogo de cena. O que se deseja é embaralhar todas as cartas para dificultar qualquer solução — reclamou.

Preferências

Se as duas comissões forem instaladas, a expectativa dos senadores é que uma delas concentre os trabalhos de investigação, ficando a outra aberta apenas formalmente.

Para o PT, caso seja instalada a CPI do Senado, com

início dos trabalhos antes da CPI do Congresso — isso só depende da indicação dos nomes da oposição —, a CPI do Senado teria preferência em relação à CPI mista. A oposição prefere a comissão mista por acreditar que o governo teria menor controle sobre o andamento dos trabalhos.

Contando as sessões plenárias de hoje, de segunda e de terça-feira, na quarta-feira o presidente do Senado poderia indicar os nomes e anunciar as providências que antecedem a instalação de uma CPI. Ele reconhecerá em Plenário a existência de assinaturas em número suficiente para propor a investigação parlamentar, assim como a existência de fato a ser investigado. Determinará, então, que o mais idoso dos senadores a integrar a comissão se encarregue da reunião de instalação, destinada a eleger o presidente e escolher um relator para a CPI.

Dornelles critica bitributação sobre multinacionais brasileiras

Francisco Dornelles (PP-RJ) criticou, na quarta-feira, a cobrança de impostos sobre resultados positivos de multinacionais brasileiras, por meio de suas controladas no exterior, em países que estabeleceram acordo com o Brasil contra a bitributação.

O senador advertiu que, nesse caso, a cobrança do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) se choca com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça e viola princípios de boa-fé.

— Restam claras as dificuldades por que passa o setor produtivo brasileiro, em especial nossas poucas multinacionais, sujeitas que estão a desincentivos para ampliar suas operações em mercado exterior, o que reduz sua competitividade, em muitos casos gerados pela falta de observância, pelo Fisco brasileiro, dos princípios basilares dos contratos internacionais — alertou o senador.



Moreira Mariz/Agência Senado

Wilder Moraes pede rejeição da MP que flexibiliza todas as licitações

Wilder Moraes (DEM-GO) advertiu o Plenário na quarta-feira que a aprovação da Medida Provisória 630/2013 prejudicará todo o trabalho da comissão especial para modernização da Lei de Licitações e Contratos (Lei 8.666/1993), da qual ele fez parte.

Ele pediu aos senadores que rejeitem a MP, que universaliza o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC).

O parlamentar lembrou que o RDC foi criado para impulsionar as obras da Copa do Mundo e das Olimpíadas. Mais tarde, abrangeu compras de hospitais e escolas, além de reformas de presídios e de unidades de internação de adolescentes e outras operações.

Ele reconheceu que a atual Lei 8.666/1993 é obsoleta e nociva ao setor produtivo, pelo excesso de entraves. Por outro lado, criticou o RDC por ser um mecanismo flexibilizador demais para acelerar obras que atendam a conveniência política.



Liu de Paula/Agência Senado

Paulo Paim assinala importância de movimento pela segurança no trânsito

Paulo Paim (PT-RS) pediu, na quarta-feira, o apoio dos parlamentares na divulgação do movimento Maio Amarelo, que objetiva uma ação coordenada entre o poder público e a sociedade civil para chamar a atenção da população para o alto índice de mortes e ferimentos

no trânsito em todo o mundo.

Ele disse que a sociedade precisa tratar os acidentes de trânsito como uma verdadeira epidemia e acionar cada cidadão para adotar as cautelas e prudência hábeis a fim de evitar mais vítimas no trânsito. Paim ressaltou que a adoção de comportamentos simples, como usar cinto de segurança, não dirigir sob o efeito de drogas e obedecer a sinalização, podem colaborar muito para redução da mortalidade no trânsito.

O senador lembrou que as mortes nas ruas e estradas são a nona maior causa de perda de vidas no mundo, acrescentando que o Brasil aparece em quinto lugar entre os países recordistas em mortes no trânsito.



Waldemir Barreto/Agência Senado

CPI do Metrô: 197 deputados e 32 senadores assinaram pedido

Ao todo, 197 deputados e 32 senadores assinaram o pedido de criação da comissão parlamentar de inquérito (CPI) mista para investigar denúncias de irregularidade nos metrô de São Paulo e do Distrito Federal. O pedido apresentado pela base do governo foi lido na sessão do Congresso Nacional da quarta-feira. Os parlamentares tinham até a meia-noite para acrescentar ou retirar as assinaturas.

Agora, com a criação formal da CPI mista, o presidente do Senado, Renan Calheiros, vai determinar a partir de quando começa a contagem do período de cinco sessões para que os líderes indiquem os nomes que vão compor a comissão. Se não indicarem, o presidente os indicará.

A CPI mista, que ainda precisa ser instalada, vai ser composta por 14 senadores e 14 deputados, com igual número de suplentes, conforme informações da Secretaria-Geral da Mesa do Congresso. O objetivo é investigar, em até 120 dias, as denúncias de formação de cartel e corrupção de autoridades nos contratos dos metrô de São Paulo e no Distrito Federal.

Na justificativa para a criação da CPI, são apontados indícios de que as empresas envolvidas, como a Siemens (alemã), a Alstom (francesa), e a CAF (espanhola) teriam participado da formação de cartel — acordo entre concorrentes para fixação de preços ou cotas de produção, divisão de clientes e de mercados de atuação.

Relator inclui correção da tabela do IR em medida provisória

Eunício Oliveira (PMDB-CE) apresentou ontem o relatório na comissão que analisa a Medida Provisória 634/2013, cujo texto isenta os importadores de álcool do pagamento de PIS-Pasep-Importação e Cofins-Importação até 2016.

A reunião foi encerrada depois de pedido de vista coletiva. A votação foi marcada para terça-feira, às 10h.

O relator aceitou 11 das 79 emendas apresentadas por deputados e senadores e incluiu no texto a correção da tabela do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) prevista na Medida Provisória 644/2014, que chegou ao Congresso Nacional na

última sexta-feira. O percentual de correção da tabela é de 4,5%.

A correção fica abaixo do índice da inflação projetada para este ano, que passa de 6,1%, de acordo com as últimas expectativas reveladas pelos operadores do mercado financeiro e captadas pelo relatório *Focus*, do Banco Central. Pela nova tabela, que vigora a partir de 2015, quem receber por mês até R\$ 1.868,22 estará isento de tributação.

Segundo Eunício Oliveira, a sugestão de incorporar a mudança da tabela ao texto da MP 634/2013 partiu do próprio Ministério da Fazenda.



Waldemir Barreto/Agência Senado



De acordo com Mauro Lemos, o Brasil tem base agrícola, industrial e mineral para apresentar proposta competitiva

Ministro explica negociações de acordo entre Mercosul e Europa

Em audiência na Comissão de Relações Exteriores, Mauro Borges Lemos diz que “cavalo está passando encilhado” e que proposta será feita até junho. Ele estima que negociações podem durar até três anos

OMERCOSUL APRESENTARÁ, até o início de junho, uma proposta para negociação de acordo de livre comércio com a União Europeia. O anúncio foi feito ontem pelo ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Mauro Borges Lemos, em audiência da Comissão de Relações Exteriores (CRE), presidida por Ricardo Ferraço (PMDB-ES).

— Este é o momento certo de negociar, sob o risco de ficarmos de fora das grandes cadeias globais de produção. Em um acordo com a Europa, só temos a ganhar. O cavalo está passando encilhado uma única vez. Então, vamos montar nesse cavalo — disse.

Segundo Lemos, o Mercosul apresentará proposta antes da União Europeia. A partir da troca de ofertas, as negociações deverão levar até três anos. Ele observou que

as tarifas de importação de produtos agrícolas pelo bloco europeu são elevadíssimas. As tarifas caem apenas quando as importações estão dentro de cotas atribuídas aos exportadores, tornando praticamente impossível a exportação extracota. O Mercosul pretende, disse, multiplicar por quatro ou cinco vezes as vendas de produtos agrícolas a europeus.

Nova etapa

O Brasil tem fortes correntes de comércio com Estados Unidos, China e União Europeia. As negociações com a União Europeia começaram em 2004, quando os europeus apresentaram uma oferta “extremamente tímida” na área agrícola, segundo o ministro. Na nova etapa de negociações, relatou, os países do Mercosul querem ocupar “parte substantiva” do mercado europeu.

— Estamos abrindo nossa indústria, onde temos empresas europeias estratégicas que operam no Brasil há mais de 100 anos. Temos vantagem comparativa clara [na agricultura], então queremos vantagens claras — afirmou.

Segundo Lemos, a Argentina não tem prejudicado a elaboração da oferta única do Mercosul. Ele relatou ainda ter visitado na quarta-feira o Paraguai, onde o presidente Horacio Cartes autorizou a definição de uma oferta. O Uruguai também está concluindo uma proposta e a Venezuela não participa dessa etapa.

— Em vez de ficar nas cordas, temos que chegar ao centro do ringue e perguntar o que os europeus têm de interessante a nos oferecer. O Brasil tem base industrial, agrícola e mineral para uma proposta competitiva — disse.

Ao abordar o atual estágio de integração no Mercosul, o ministro admitiu que os países do bloco foram ambiciosos em um primeiro momento, ao estabelecer a criação de união aduaneira — na qual os países têm tarifa uniforme de importação, salvo exceções. Mesmo assim, ele demonstrou otimismo em relação ao comércio com os demais sócios do bloco. No caso da Argentina, o ministro admitiu queda de 16% para 9,6% nas trocas bilaterais nos últimos anos. Mas, como o Brasil aumentou as vendas a outros países, em termos absolutos o comércio com a Argentina cresceu 6% ao ano desde 2008.

— Não dá para pegar uma questão específica de dificuldade de divisas no curto prazo que a Argentina viveu e analisar toda a estrutura do acordo comercial — avaliou Lemos, que classificou como “extremamente bem-sucedidas” as negociações da semana passada com o governo argentino sobre a liberalização do comércio bilateral.

Parlamentares pedem rigor contra protecionismo dos EUA

O Brasil precisa adotar posição mais firme contra o protecionismo da nova lei agrícola dos Estados Unidos para os produtores de algodão, na opinião dos senadores que participaram ontem de audiência pública sobre o tema nas Comissões de Agricultura (CRA) e de Relações Exteriores (CRE).

Os norte-americanos já haviam sido condenados pela Organização Mundial do Comércio (OMC) por uso de dispositivo protecionista semelhante, que resultou em acordo prevendo o pagamento de multas e a modificação da política de subsídios.

— A nova lei agrícola americana, de maneira mais disfarçada, está descumprindo regras de um comércio internacional competitivo — resumiu Ricardo Ferraço (PMDB-ES).

Ruben Figueiró (PSDB-MS) e Jayme Campos (DEM-MT) se disseram indignados com a situação.

— Estão debochando e não é só do setor do algodão, mas é da sociedade, é do governo brasileiro. O Brasil tem que ser mais firme na sua posição — cobrou Jayme.

Na opinião de Waldemir Moka (PMDB-MS) e Walter Pinheiro (PT-BA), o Congresso Nacional precisa ser mais atuante para frear o

protecionismo comercial.

Conforme afirmou Ana Amélia (PP-RS), sem os subsídios, a produção brasileira é mais competitiva que a norte-americana.

Também Kátia Abreu (PMDB-TO) considerou “um atrevimento” a aprovação da nova lei. Ela sugere a formação de uma frente mundial de países prejudicados para causar constrangimentos aos Estados Unidos.

Gilson Ferrúcio Pinesso, presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão, disse que os prejuízos, na próxima safra, serão ainda maiores que os provocados pela lei agrícola anterior.

Conforme informou Enio Cordeiro, do Ministério das Relações Exteriores, o governo deu início a uma solução negociada na OMC buscando comprovar que a nova lei descumpra acordo firmado pelos Estados Unidos.

Caso não se chegue a uma solução negociada, o Brasil pode adotar retaliação comercial, mas André Alvim Rizzo, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, lembra que isso resultaria em impactos no mercado interno brasileiro.

Foi aprovada nova audiência pública sobre o tema, marcada para quinta-feira.



Ferraço e Benedito (ao centro) coordenam audiência sobre produção algodoeira

Senadores se preocupam com o andamento das negociações

Mesmo que a Argentina não consiga concluir uma oferta, o Brasil deve apresentar — sozinho ou com sócios — uma proposta de integração com a União Europeia, recomendou Ferraço na audiência.

— É importante que o Brasil tenha latitude política para poder, eventualmente, levar adiante suas próprias negociações tarifárias com a União Europeia — afirmou.

O presidente da CRE reconheceu o papel do Mercosul na ampliação do comércio regional. Desde 1991, ano da criação do bloco, o comércio entre os países do Mercosul passou de US\$ 4,5 bilhões para US\$ 58,6 bilhões. Mas Ferraço ressaltou que o bloco vem perdendo relevância nas exportações brasileiras.

Ana Amélia (PP-RS) lembrou que o Uruguai ex-

porta para o Brasil grande quantidade de carne ovina, enquanto o Brasil não consegue exportar carne de frango. Ela criticou ainda as barreiras da Argentina às exportações de calçados do Rio Grande do Sul.

Roberto Requião (PMDB-PR) demonstrou preocupação em relação às negociações com a União Europeia, devido aos cortes orçamentários daqueles países.

— Exportar é a única saída dos europeus. O Congresso não tem ideia do que está sendo discutido — disse.

Eduardo Suplicy (PT-SP) recomendou ao governo brasileiro que, uma vez iniciadas as negociações com os europeus, se resguardem os “avanços que obtivemos com o Mercosul” e que não haja retrocesso na integração com os países vizinhos.

Comitiva vai acompanhar reunião do Brics em Fortaleza

Uma comitiva de senadores da Comissão de Relações Exteriores (CRE) deverá acompanhar a reunião de chefes de Estado dos países do Brics, a ser realizada em Fortaleza em 15 e 16 de julho. Requerimento nesse sentido, de de Inácio Arruda (PCdoB-CE), foi aprovado ontem pela comissão.

Outro requerimento de Inácio, igualmente aprovado, determina a realização, antes do encontro de Fortaleza, de audiência com os embaixadores dos demais países que integram

o Brics — Rússia, Índia, China e África do Sul — além de um representante do Itamaraty.

Na reunião de ontem, a comissão também aprovou requerimento de Cristovam



Buarque (PDT-DF) para que a CRE avalie a política nacional de proteção aos brasileiros que são vítimas de tráfico internacional de pessoas. Outro requerimento aprovado, esse de Ricardo Ferraço (PMDB-ES), determina a realização de audiência pública sobre o aumento do número de refugiados no Brasil.